

TEMPO, MEMÓRIA E IDENTIDADE

Algumas considerações

Maria Helena Oliva Augusto

As maneiras de perceber e vivenciar as dimensões e os ritmos temporais sofrem modificações no decurso da vida social e, como não podia deixar de ocorrer, na medida em que novos significados atribuídos ao passado, presente e futuro interferem nas formas de viver, fazer e dar significado ao mundo e à vida, essa constatação tem gerado um conjunto bastante amplo de discussões teóricas e pesquisas empíricas, buscando captar os processos envolvidos e apreender o sentido que assumem.

A auto-percepção individual, as concepções elaboradas a respeito das aberturas e fechamentos que essa dinâmica envolve, as concepções sobre o(s) outro(s) que a compartilham e as relações mantidas com eles pode ser uma via de acesso eficiente para o conhecimento do (novo) contexto de sociabilidade em ação. Os aspectos emergentes e os que se mantêm no contexto familiar; as oportunidades que se manifestam e o desaparecimento de outras no mundo do trabalho; a ênfase diferenciada posta no presente ou no futuro: todos esses são elementos constituintes da vida social que interferem no modo de configuração das novas gerações.

Considerando essa dinâmica, pretende-se, neste texto, num primeiro momento, destacar a íntima articulação existente entre as categorias *tempo*, *identidade* e *memória*, a partir da apresentação de suas características; em seguida, e considerando as circunstâncias que condicionam essa relação, refletir sobre sua configuração atual, as condições para seu desenvolvimento, e de que modo as categorias tempo e memória são incorporadas no processo de construção das identidades.

Nos "tempos modernos", várias categorias surgiram, tentando dar conta das alterações em curso nas formas de sociabilidade. "Socialização", "família",

“indivíduo” ou “pessoa”, “razão”, “trabalho”, “progresso”, “identidade”, “tempo” e “memória” são algumas delas, várias outras podendo ser acrescentadas a essa lista. Têm a ver com valores cultuados e axiomas desenvolvidos desde que se começou a refletir sobre as mudanças que emergiram a partir do Renascimento e se explicitaram (mais) plenamente durante o século XVIII. Entre eles, desde então a categoria “indivíduo” adquiriu importância, ressaltando a ideia de que, dotadas de razão, as pessoas são capazes de pensar por si, sem, obrigatoriamente, permanecerem atreladas a ditames oriundos dos seus grupos de pertença ou de perspectivas mágicas ou religiosas, cresceu o interesse em delimitar teoricamente o que é compreendido por *identidade*.

Esse conceito pode ser tomado tanto em referência à maneira como se apresentam grupos de pessoas unidos por valores, significados, crenças, língua ou origem étnica comum, como pode dizer respeito à forma como alguém se vê, se apresenta, e é reconhecido pelos outros. A referência ao coletivo alude a todos os conjuntos de indivíduos que componham um “nós” – grupo de amigos ou profissional, membros de uma etnia ou de uma minoria, cidadãos de um país.

Essa dimensão é crucial. A identidade não existe solitariamente. É sempre uma *relação*, na qual alguém é reconhecido por outros, por alguns dos traços e qualidades que porta. Sem o aval desse reconhecimento, os traços e qualidades que alguém se atribui não são ratificados e, desse modo, também não se sustenta a autoatribuição identitária que faz a seu respeito. A confirmação da identidade de alguém só é possível por intermédio da identidade de outrem que o reconhece; do mesmo modo, a identidade desse outro também é dependente de reconhecimento (Cf. Habermas, 1994, p.19-20; Dubar, 2000; Elias, 1994).

No passado, era comum a referência à identidade como algo permanente. Na medida em que as mudanças, mesmo intensas, se davam num ritmo relativamente lento, era possível que um modo de ser se mantivesse por um tempo mais longo e fosse percebido como sempre igual, ‘imutável’, ainda que, sendo processual, sofresse alterações. Atualmente, já não é essa a percepção a respeito. Tanto quando se trata do indivíduo singular como quando a referência é à identidade coletiva, não mais se fala de uma identidade única, preservada no tempo, indiferente às mudanças que ocorrem no mundo e à intensificação do ritmo social que flui cada vez mais rapidamente¹. Quanto à identidade pessoal, está já estabelecido que ela não é dada e que é construída durante toda a vida (Cf. Dubar, 2000, p.200).

A *memória*, tratando-se de trabalho sobre o tempo, que organiza o passado

¹ Habermas, inclusive, no título de um texto, chega a perguntar: “*As sociedades complexas podem formar uma identidade racional de si mesmas?*” (1983, pp. 77-107).

em relação ao presente (Cf. Giddens, 1994, p.63; Bosi, 2003, p.63), cumpre importante papel nessa dinâmica. Sua continuidade, relacionada à preservação seletiva das experiências vividas, é elemento indispensável para a individualização das pessoas e para a preservação de sua identidade (Cf. Elias, 1994, p.154). Aliás, a consciência da própria identidade entrelaça-se à memória; quando esta se deteriora, ocorre “a perda de extensos fragmentos do sentimento de si” (Cf. Bianchi, 1991, pp.282-283).

Pessoas e grupos tendem a memorizar os momentos significativos de seu processo vital, distinguindo entre eles as passagens mais marcantes. No caso individual, a existência de um passado compartilhado que possa ser rememorado constitui importante elemento de “asseguramento”,² além de possuir destacada função social: “dá a cada indivíduo um passado que se estende muito além de seu passado pessoal e permite que alguma coisa das pessoas de outrora continue a viver no presente” (Cf. Elias, 1994, p.182).

Essa relevância ressalta ainda mais quando se considera que, enquanto preservação de experiências vividas, a memória tem a ver com a capacidade de, no presente, dar novos sentidos a acontecimentos e vivências do passado (ressignificá-los) e, nesse encadeamento, que se manifesta tanto no referente à memória pessoal como no que respeita à memória coletiva, possibilitar uma perspectiva e uma antecipação do futuro.

O surgimento de um tempo tridimensional, marcado pela distinção entre passado, presente e futuro, é um dos elementos qualificadores da vida moderna. A emergência da possibilidade de uma visão histórica do (e no) mundo estaria, portanto, vinculada ao surgimento dessa forma de percepção temporal (Cf. Heller, 1982, p.141-162; Adam, 1994). “A [própria] relevância do tempo depende[ria] da capacidade de inter-relacionar o passado e o futuro no presente” (Luhman, 1976, p.137).

As compreensões então existentes partiam do pressuposto de que, movidas por suas próprias expectativas, as pessoas eram capazes de aprender com suas práticas, comunicá-las aos que lhes estavam próximos – que também podiam aprender com elas –, transmiti-las aos seus descendentes, com eles construindo vínculos e, mais que tudo, eram capazes de conceber e perseguir projetos para tempos vindouros.

Esses passos dizem respeito à possibilidade do acúmulo de experiências, à

² O apoio garantido pela memória comum é dos elementos constituintes do que Giddens denomina “segurança ontológica”, dizendo respeito “à crença que a maioria dos seres humanos têm na continuidade de sua auto-identidade e na constância dos ambientes de ação social e material circundantes” (Giddens, 1991, p. 95).

aprendizagem do que é e do que não é significativo, referindo-se ao que foi bem sucedido e ao que não deu certo no passado. Nesse tipo de apreensão, o presente aparece como palco de novas tentativas que prometem (bons) frutos para o futuro. Eis então manifesta a importância da noção de *tempo* para a construção da *identidade*. “A identidade da pessoa em desenvolvimento repousa, acima de tudo, no fato de que cada fase posterior emerge de uma fase anterior, numa seqüência ininterrupta” (Elias, 1994, p.156).

Entretanto, a teoria social (e a experiência da observação) tem indicado que as mudanças profundas na organização societária e nas formas de sociabilidade que atuam no momento contemporâneo concorrem para que a percepção e a memória do passado sejam cada vez mais dificultadas. Progressivamente, ele teria perdido significação e interesse para o presente. Do mesmo modo, em face da indeterminação e da insegurança que, nos mais diversos níveis, acometem a vida individual e coletiva, a perspectiva de futuro fica cada vez mais nebulosa. Desse modo, as pessoas vêem alterada a percepção processual do tempo, o que lhes dificulta o estabelecimento de vínculos entre o que foi e o que é e, conseqüentemente, impede a projeção do que virá a ser.

Como fica patente, não é possível falar de *memória* sem aludir à marcha do *tempo*, tanto quanto não é possível fazer menção à *identidade* sem considerar *tempo* e *memória*. Considerando que, cada vez mais, os significados são relativizados, os vínculos que mantêm com a memória permanecem atuantes ou já não têm lugar? Como, então, se dá a construção da identidade – individual e grupal, à medida que ocorrem alterações cruciais na percepção das categorias tempo e memória? Quais usos são feitos da memória? Qual é a dimensão temporal que predomina atualmente – presente ou futuro? Assim, focalizar as interrelações existentes entre as categorias tempo, memória e identidade exige o tratamento de algumas questões que atravessam a reflexão sobre esses temas.

São essas as questões que animam esta reflexão.

Identidade

Quando se pensa a questão da identidade pessoal, é importante lembrar que uma das características da modernidade foi torná-la responsabilidade de cada um. “O projeto moderno prometia libertar o indivíduo da identidade herdada”. Essa questão, que até então era de atribuição, passou a ser de realização, tornando-se tarefa e responsabilidade individuais. Configurava-se como projeto de vida, planejado em longo prazo, de modo sistemático, implicando racionalidade, cálculo cuidadoso e um fazer-se que supunha um traçado relativamente preciso entre o passado e o futuro (Bauman, 1998, p.30-31).

Não é possível a identidade individual na ausência de uma identidade grupal. Para que alguém se reconheça e seja reconhecido como um ser singular, é necessário que compartilhe valores e significados com outros que o percebam como “um dos seus”, no mesmo movimento distinguindo-o e particularizando-o naquilo que tem de único. A própria experiência de si como alguém distinto de todos os demais é crucialmente interpessoal, na medida em que “o que pensamos sobre nós é decisivamente influenciado pelo que os outros pensam de nós” (Gerth & Mills, 1963, p.32).

Mesmo quando referida à identidade individual, ao indivíduo tomado isoladamente, há sempre uma dimensão social pressuposta, ainda que de forma implícita. A idéia de alguém que seja único – portanto, da existência de uma identidade singular – só pode ser pensada em relação à concepção de uma sociedade que cria indivíduos adequados à sua própria permanência. (Cf. Elias, 1994) Também é necessário considerar, entretanto, que, mesmo levando em conta a presença de semelhanças entre eles, derivadas de pontos comuns em sua socialização, ocorrida em situação configurada num tempo e num espaço definidos, dentro de uma ordem social específica, conforme certos valores e padrões compartilhados, os indivíduos são sempre diversos, o que os torna particulares e distintos.

Uma das críticas feitas por Elias à teoria social que emergiu com a modernidade, buscando compreender as mudanças nas formas de sociabilidade e na percepção que as pessoas tinham (têm) de si, é que ela separa “indivíduo” de “sociedade”, de forma antinômica, porque pensa a constituição da identidade a partir do indivíduo adulto.³ Em consequência, no ponto de partida desse processo – dizendo respeito ao início da trajetória de identificação / socialização das pessoas –, a teoria supunha (e supõe) seres descolados de vínculos sociais. Não leva em conta que, para existir como “indivíduo”, é absolutamente necessária sua imersão num “nós” que lhe dê sentido, sem o qual seria impossível sua existência (e a de sua identidade).⁴ Nesse caso, a *família* aparece como grupo decisivo.⁵ Somente “a partir de certa idade, é comum o indivíduo poder afastar-se [dela], sem perder suas probabilidades de sobrevivência física ou social” (Elias, 1994, p.166).

³ “O modo como o conceito [de indivíduo] é habitualmente utilizado na atualidade suscita a impressão de referir-se a um adulto sem relações com ninguém, centrado em si mesmo, completamente só e que, além disso, nunca foi criança” (Elias, 1982, p. 140). A referência a um “adulto-centrismo” também está presente em Xavier Gaullier (1998, p. 2)

⁴ “(...) a consciência de nossa reconhecibilidade como distintos de outras pessoas está ligada indissociavelmente à consciência que temos de ser reconhecíveis por outras pessoas. Somente por conviverem com outras é que as pessoas podem perceber-se como indivíduos diferentes” (Elias, 1994, p.160). Só na medida em que for socializado, o indivíduo pode ser descrito

O homem é um processo. Por que, nessas condições, os próprios cientistas utilizam, tão freqüentemente, um conceito que – como o de indivíduo – fixa o homem na forma de um adulto independente, solitário, situado fora de qualquer rede relacional, sem que jamais tenha sido criança e sem que jamais se tenha tornado adulto? (Elias, 1981, p.141)

Portanto, como já mencionado, a construção da identidade individual dá-se, portanto, desde antes do nascimento da pessoa, no interior de um processo mais amplo, de configuração social. Pode-se dizer – ainda na trilha de Elias (1994) – que, independentemente da sociedade e do momento histórico em que ocorre, esse é um processo universal. Junto à identidade “eu” sempre coexiste uma identidade “nós”, mesmo quando – como é o caso atualmente – a consciência do “nós” se encontra tão obscurecida que é (quase) considerada inexistente.⁶

A consciência de qualquer ser social só se forma e adquire existência por intermédio das múltiplas relações que ele estabelece com o outro, no mundo. **Ela é, portanto, social por natureza** (...). (Lahire, 1997, p. 349; grifos meus)

Assim, as pessoas estão envolvidas num mundo social, que as recebe e identifica, “moldando-as” de acordo com valores compartilhados, orientadores de suas trajetórias e fontes de significado para suas escolhas e vivência. Certamente, esse processo envolve a capacidade de memória, não apenas porque estabelece prescrições para atividades “práticas” – exigindo, assim, certa consciência de sua origem –, mas também porque as significações a que se refere, representando aquilo que deve nortear a trajetória das pessoas, lhes dar sentido, indicar “como a vida deve ser vivida”, inserindo-as no mundo, foram constituídas em momentos pretéritos e têm vigência a partir da vida daqueles que as antecederam.

A sedimentação das vivências e percepções interiorizadas durante o processo de desenvolvimento, bem como a continuidade da memória, são condições essenciais para a formação da identidade pessoal. Dizem respeito, de um lado, à

como ser individuado; é necessário que ele seja penetrado “e estruturado por conjuntos de sentidos culturais e sociais legitimados em sua comunidade” (Ferreira, 2000, p.150).

⁵ “(...) a primeira socialização do indivíduo é obra da família e, qualquer que seja a autonomia que a criança possa alcançar, seu ego desenvolve-se em primeiro lugar na esfera e no refúgio do privado: ela torna-se um eu (...) com o outro, mas também contra ele”. (Marcuse, 1998, p.93).

⁶ Também Bauman (1998, p.31) destaca que, na sociedade moderna, havia “um vínculo firme e irrevogável entre a ordem social como projeto e a vida individual como projeto, a última sendo impensável sem a primeira”.

internalização de regras e valores socialmente compartilhados e, de outro, à capacidade de preservação seletiva de experiências, elementos que desempenham papel decisivo no processo de individualização.

Dessa forma, tanto do ponto de vista de sua formação quanto no referente ao seu ser *agora*, a identidade é, simultaneamente, social e particular. Cada criança nasce num mundo já constituído, numa sociedade já existente, num determinado patamar social, num local e numa família específicos, e o que ela se torna é, justamente, a fusão de suas potencialidades com aquilo que introjeta desse social em que se insere. *É sempre necessário um “Outro” para que um Eu seja identificado*⁷.

Nessa medida, é importante fazer referência ao registro de Elias a respeito da dimensão simbólica do nome expresso no registro de nascimento, que torna evidente a síntese que cada pessoa representa entre o particular e o geral, o individual e o coletivo. “Com seus dois componentes de prenome e sobrenome, indica a pessoa tanto como indivíduo singular quanto como membro de determinado grupo, sua família” (Elias, 1994, p.151). O *nome* diz respeito a alguém específico; o *sobrenome* liga esse alguém a um conjunto de outros, indicando sua pertença; os dois juntos fazem dele um ser singular e distinto, tornando-o único. Essa identificação só tem sentido para esse Eu na medida em que o outro que o reconhece lhe seja, de algum modo, importante.

Talvez seja necessário precisar com mais clareza o sentido que a expressão ‘identidade individual’ adquire aqui. Certamente, em princípio, supõe-se que todos(as) aqueles(as) que passam pelo processo de socialização têm forjada uma identidade que os(as) distingue de quaisquer outros(as). No curso desse processo, cada um(a) desenvolveria habilidades, características e traços próprios, que o(a) habilitariam a construir sua vida de determinada forma. Assim, pertença e alteridade – a participação em grupos específicos e a diferenciação em relação àqueles(as) outros(as) que deles fazem parte – conferem a alguém a possibilidade de ser reconhecido como ser único e indicam-lhe as oportunidades de expressar essa unicidade nas várias dimensões de sua vida⁸.

Explicitando a ação do vínculo social no desenvolvimento da pessoa⁹,

⁷ Como lembra Castoriadis, a socialização não é um processo epidérmico, mas o tecido constituído pelas potencialidades do recém-nascido e a introjeção, por ele, dos significados sociais compartilhados. Desse modo, não é algo externo, uma roupagem que possa ser retirada, mas *algo que constitui a pessoa* tal qual é, sem o que ela simplesmente não seria.

⁸ “(...) a individuação de um recém nascido (...) só pode conceber-se como um processo de socialização”. (Habermas, 1994, p. 17).

⁹ “Os sinais de autoidentificação (...) devem ser reconhecidos intersubjetivamente, a fim de poder ser fundada a identidade de uma pessoa. Distinguir a si mesmo dos outros deve ser algo reconhecido por esses outros. (...) *Uma identidade de grupo que vá além das biografias individuais (...) é condição para a identidade da pessoa singular*”. (Habermas, 1983, pp. 78-79; grifos meus).

Habermas apresenta a constituição da identidade individual como um processo que, quando bem sucedido, possibilita a *identidade do Eu*.¹⁰ Nesse momento, os portadores de papéis transformam-se em pessoas. Isso significa que se tornam capazes de afirmar a própria identidade, expressando-se de forma livre e individualizada, conseguindo satisfazer “as exigências de consistência, mesmo diante de expectativas de papel inconciliáveis [ou] quando atravessa(m) uma série de fases contraditórias da vida” (Habermas, 1983, p. 64; 81)¹¹.

Quando se expressa a relação paradoxal segundo a qual, enquanto pessoa, o Eu (...) é igual a todas as outras pessoas; mas, enquanto indivíduo, é diferente de todos os demais indivíduos (...), estamos diante de sujeitos individualizados que organizam biografias respectivamente inconfundíveis. (Habermas, 1983, pp.80; 69; 66)¹²

Para Ricoeur, trata-se do momento em que *um sujeito responsável se diz*, sendo capaz de estabelecer compromissos e de fazer promessas. Durante todo esse processo, sempre existe a presença de outrem que dele é, ao mesmo tempo, testemunha e destinatário (Ricoeur, 1988, pp.67; 84).

Sem dúvida, a capacidade de promessa¹³ supõe a disposição livre de sua

¹⁰ “A identidade do Eu indica a competência de um sujeito capaz de linguagem e ação para enfrentar determinadas exigências de consistência. (...) É gerada pela *socialização*, ou seja, vai-se processando à medida que o sujeito – apropriando-se dos universos simbólicos – integra-se, antes de mais nada, num certo sistema social, ao passo que, mais tarde, ela é garantida e desenvolvida pela *individualização*, ou seja, precisamente por uma crescente independência com relação aos sistemas sociais.” (Habermas, 1983, p.54).

¹¹ Entretanto, como bem lembra o mesmo autor (Idem, ibidem, p.50), essa “organização autônoma do Eu, ‘naturalmente’ suposta quando a identidade individual é referida, não se instaura absolutamente de modo regular, quase como um resultado de processos naturais de amadurecimento, mas, na maioria dos casos, termina por ser um objetivo não alcançado”. Em geral, os resultados atingidos ficam a meio caminho em relação a essa expectativa e, em grande medida, dependem, para serem mais – ou menos – bem sucedidos, das circunstâncias em que a dinâmica da socialização ocorre.

¹² A identidade bem-sucedida tem a ver com “a capacidade peculiar de sujeitos capazes de falar e agir, de permanecerem idênticos a si mesmos, inclusive nas mudanças profundas da estrutura da personalidade, com as quais eles reagem a situações contraditórias”. Por outro lado, o autor menciona que, quando as condições desse processo não são as desejáveis, se podem desenvolver *identidades danificadas*, tais como a identidade difusa, a identidade integrada coercitivamente ou a identidade cindida. (Habermas, 1983, p.78). Com relação ao significado dessa última, consultar, de Ronald Lang, *O eu dividido*. (Cf. Laing, 1982).

¹³ Segundo Arendt, “A solução para o problema da imprevisibilidade, da caótica incerteza do futuro, está contida na faculdade de prometer e cumprir promessas (...) – obrigar-se

vida por parte daquele que promete e, igualmente, a presença do (e o contato com o) outro, como garantia da palavra empenhada.¹⁴ Por outro lado, “A memória da vontade, *do prometer*, (...) coloca seu tempo no futuro, e não no passado carregado como fardo. A promessa que ela propicia não quer ser lembrada como ponto do passado, mas, sim, como compromisso de futuro”. (Ricoeur, 1989). Trata-se, dessa forma, de superar a imprevisibilidade do que virá, por meio da obrigação livremente assumida: atenuam-se as incertezas do futuro quando há o empenho e o compromisso de agir em determinada direção, mesmo sem a garantia de que se continuará o(a) mesmo(a), mesmo sem a previsão das consequências das atitudes tomadas (Cf. Arendt, 1991, pp.255-257). Assim, só é possível *ser e*, mais do que isso, *ser livre em relação* com outro(s), já que, nesse mesmo movimento, se dá a percepção das semelhanças, mas também são reveladas as diferenças e, portanto, a singularidade de cada um.

A existência de um “indivíduo”, capaz de adiar a satisfação imediata de um desejo, em nome do bem-estar material e espiritual projetado para o futuro, é configurada nesse momento (Horkheimer, 1973). Ou seja, mesmo levando em conta que esse processo permaneça sempre em curso, atuando durante todo o período de vida de cada um¹⁵, só quando o indivíduo é capaz de assumir compromissos e responsabilidades, é possível dizer que sua identidade está configurada¹⁶.

mediante promessas serve para criar, no futuro, que é por definição um oceano de incertezas, certas ilhas de segurança, sem as quais não haveria continuidade, e menos ainda durabilidade de qualquer espécie, nas relações entre os homens”. Como o perdão, a promessa depende da pluralidade de pessoas; na solidão e no isolamento, não chegam a ter realidade. (Arendt, 1991, p.249).

¹⁴ “O específico da promessa é construir, no dizer-se, o fazer da promessa. Prometer é colocar-se a si próprio na obrigação de fazer o que hoje se diz que se fará amanhã. Ora, a relação com o outro é aqui evidente, na medida em que é sempre a outrem que eu prometo; e é outrem [ao mesmo tempo testemunha e destinatário] que pode exigir que eu mantenha a minha promessa. [Esta diz respeito] à manutenção de si a despeito das alternâncias do coração e mesmo das mudanças de intenções. Embora possa custar-me, fa-lo-ei! (...). A obrigação de cumprir a promessa é (...) a promessa da promessa”. (Ricoeur, 1988, pp.83-84).

¹⁵ “Para a psicanálise, não existe identidade, mas identificações em curso” (Castiel, 2003, p.95).

¹⁶ “Assumir compromissos dá às pessoas a segurança e a base para desenvolverem suas plenas capacidades individuais” (Pahl, 1997, p.113). Considerando as chamadas “idades da vida” que a reflexão sociológica tendeu a estabelecer – infância, adolescência, juventude, maturidade e velhice – a idéia de um indivíduo constituído, ainda que não plenamente, que, de um lado, supõe a capacidade de prever e projetar e se caracteriza, além disso, pela estabilidade e possibilidade de “controle do futuro”, esteve sempre referida ao adulto, já que apenas

Assim, a identidade individual, formada a partir das características diversas que derivam da assunção de papéis diferenciados, permite o reconhecimento da singularidade de uma pessoa e, concomitantemente, configura-se como sendo uma e múltipla. Una, porque, mesmo sendo processual, há sempre certa continuidade, um elemento de permanência que permite identificar alguém como sendo a mesma pessoa, independente das mudanças de todos os tipos que venha a sofrer – biológicas, físicas, psicológicas, sociais, valorativas, comportamentais etc. – durante todo o seu percurso de vida (Elias, 1994, p.152). Múltipla, porque há uma enorme plasticidade, uma grande variação de espaços percorridos, de grupos de pertença, de habilidades desenvolvidas e, mais que tudo, de mutações que se verificam no tempo, permitindo a existência simultânea de vários matizes e fazendo com que, em decorrência, cada indivíduo possa ser percebido como um caleidoscópio (Cf., a propósito, Dubar, 2000).

O processo de identificação, de “tornar-se indivíduo”, é, portanto, o “outro lado”, a contrapartida do processo de socialização, isto é, do movimento de construção de identidade. Trata-se de incorporar os signos de pertença e relação. Desse modo, significa adquirir traços, linguagem, hábitos, crenças e valores que permitam a cada um reconhecer “sua origem”, de um lado, dando-se conta de que é o que é porque é um entre outros e, de outro lado e convergentemente, significa identificar suas raízes, reconhecer a existência de outros que compartilham os mesmos sinais de pertença¹⁷.

Apenas a partir da socialização é possível descrever alguém como um ser individuado. É necessário que seja penetrado e estruturado por conjuntos de

este, em tese, seria capaz de assumir compromissos e responsabilidades (V. Nilsen, 1998). Entretanto, a definição dos contornos dessas etapas torna-se cada vez mais difícil, uma vez que as bases etárias que antes possibilitavam sua diferenciação são menos definidoras de suas características, havendo tendência à expansão dos limites – para cima e para baixo – da juventude, que se acaba sobrepondo a todas as outras.

¹⁷ Estou querendo chamar a atenção para algo que, mesmo sendo convergente, é distinto daquilo que Berger e Luckmann (1968) expuseram em *Construção social da realidade*. Nesse livro, eles mostraram que, no referente à sociedade, os processos de institucionalização e socialização são complementares, no sentido de que o primeiro diz respeito à “objetivação do subjetivo”, enquanto o segundo se refere à “subjetivação do objetivado / objetivo”. Em outras palavras, o primeiro está vinculado à “cristalização”, em instituições, de atitudes ou práticas, que acabam aparecendo às pessoas como “verdades irrefutáveis” ou “modos lógicos e obrigatórios de agir”. O segundo refere-se à internalização dos valores sociais básicos, por intermédio do processo educativo. O que o par ‘institucionalização – socialização’ representa na vida social, o par ‘socialização – identificação’ representa na vida individual. Estamos diante de dois processos que são simultâneos e ocorrem durante toda a vida (Percheron, 1974).

sentidos culturais e sociais, legitimados por seu entorno social. Assim, mais uma vez, é possível afirmar a impossibilidade de uma individuação solitária (Ferreira, 2000, p.150). “Somente por conviverem com outras é que as pessoas podem perceber-se como indivíduos diferentes dos demais” (Elias, 1994, p.160). Trata-se de um movimento simultâneo de individuação e socialização (aliás, já mencionado acima a partir da discussão de Habermas) que ocorre durante toda a vida. Assim, fica claro que a socialização não diz respeito apenas ao processo de desenvolvimento individual, mas é também o fundamento da atividade social (Dubar, 1997, p.36).

A chegada de cada um dá-se num mundo já existente, em constante movimento, com determinados traços, características e valores. O momento do nascimento é o ponto de partida para o desenvolvimento da identidade individual. Ainda que essa circunstância sugira a existência de inúmeros caminhos e possibilidades para a vida que começa, há sempre um conjunto de condições e traços herdados que, desde o início, delimitam e restringem até certo ponto o seu grau de realização. Dizem respeito à inserção das pessoas num lugar (geográfico), numa situação (social), numa família específica. Cada uma dessas posições é responsável por algumas de suas características e significa, de início, certa restrição das alternativas possíveis. A âncora que dá firmeza ao mesmo tempo também restringe o movimento.

Como já dito acima, houve um tempo em que a teoria social enfatizava os elementos duradouros e o caráter permanente da identidade pessoal, mesmo constatando a mutação sempre presente em sua constituição, só concluída com a morte de seu (sua) portador(a) e reconhecendo a característica dúplice do processo de socialização – seu elemento uno, primário, carregado de afetividade e, por isso, mais permanente, e seu elemento múltiplo, variado, em curso durante toda a vida.

Ou seja, mesmo reconhecendo a constituição multifacetada e dinâmica da identidade individual, havia a tendência de destacar a permanência, em lugar da mutabilidade. As famílias possuíam maior perenidade, os empregos, na maior parte das vezes, eram mais fixos e permanentes, os papéis (sexuais e ou de gênero) tendiam a ser adscritos, segundo as características físicas, e, durante um longo período de tempo, os âmbitos de atuação de cada um deles, seus códigos e deveres eram (pareciam ser) claros.

Enquanto nas referências do senso comum, com mais ênfase no passado e ainda perceptível no presente, com frequência, era (é) pressuposta a existência de uma identidade única, fixa e permanente, atualmente, ao contrário, essa noção faz ecoar a idéia de multiplicidade e de fragmentação. O momento contemporâneo faz emergir com força crescente a discussão de uma possível identidade plural,

fracionada, inapreensível em seu todo, que se constitui no decorrer das múltiplas situações vividas pelo indivíduo e manifesta facetas diferentes conforme a ocasião, os circunstantes e a disposição de espírito. Trata-se de processo de *identificação* que envolve o exercício da *experimentação* e prescinde, pelo menos, em alguns aspectos, do quadro de referências familiares. A definição de si não é mais herdada, mas *construída*¹⁸.

Memória

(...) Somos indivíduos porque temos memória. Somos exatamente aquilo que lembramos. (...)
(Izquierdo, 2004, p.16)

(...) Somos o que lembramos – e também aquilo que não queremos lembrar.
(Izquierdo, 2004, p. 18)

Quando se considera o tema da memória, já esboçado anteriormente, é importante fazer duas observações.

Em primeiro lugar, ainda que se reconheça o caráter ao mesmo tempo individual e social da memória, é necessário ter em mente que quem lembra é o indivíduo (Cf. Halbwachs, 1990, p.54). Nesse sentido, “a memória parece ser uma conexão interna entre acontecimentos e experiências, ao longo da linha biográfica; trata-se de uma experiência passada, recuperada mediante um ato de atenção” (Gerth, Mills, 1963, pp. 155-156). Assim, de um lado, deve-se considerar que a memória é adquirida na medida em que o indivíduo toma como suas as lembranças do grupo com o qual se relaciona. Quaisquer que sejam as lembranças do passado que alguém possa ter, elas só podem existir a partir de uma memória socialmente produzida, por mais que pareçam resultados de sentimentos, pensamentos e experiências exclusivamente pessoais. Trata-se de uma construção, por meio da qual os indivíduos revisam lembranças fragmentadas e desconectadas, segundo narrativas consolidadas coletivamente. Por outro lado, entretanto, na medida em que vivencia(ra)m experiências diversas, quando reconstróem seu passado, os indivíduos o fazem de formas distintas, já que tiveram diferentes trajetórias de vida (Cf. Halbwachs, 1925, p. XVI, pp.40-46).

¹⁸ Por ângulos diferentes, vários autores focalizam esse processo, ora enfatizando trajetórias juvenis, ora demarcando as alterações ocorridas nos processos de socialização. Para maior aprofundamento, consultar, entre outros, Beck & Beck-Gernsheim (2002); Dubar (2005); Dubet (1998); Gallano (1990; 1995); Pais (1995); e Singly (2000).

Em segundo lugar, é importante acentuar que a memória é a primeira e mais fundamental experiência que a pessoa sofre em relação ao tempo; ela diz respeito à conexão humana com a perspectiva temporal. Ela é inseparável da vivência, do conhecimento – e da percepção – do tempo como algo que passa. Os indivíduos usam a memória para reconstruir o que viveram a partir de interesses do presente. Desse modo, atualizam ou ‘presentificam’ o passado. Também a projeção do futuro é possibilitada por meio dela. Assim, é ela “que confere sentido ao passado como diferente do presente (mas fazendo ou podendo fazer parte dele) e do futuro (mas podendo permitir esperá-lo e compreendê-lo)” (Chauí, 2000, p.164).

É, entretanto, necessário fazer alusão ainda a outro aspecto. Como foi mencionado acima, o processo de socialização é o outro lado do processo de identificação, sem o qual uma pessoa não se constitui como indivíduo. Não se pode esquecer, simultaneamente, o processo de socialização diz respeito à transmissão de valores, significados e elementos culturais compartilhados, e à sua incorporação pelos que o vivem. Já que os indivíduos vivenciam múltiplas experiências e durante toda a vida estão em constante transformação, memórias e identidades são sempre incompletas. Sem a memória, todo esse movimento seria impossível. Assim, ela é elemento fundamental tanto para a existência da vida social, quanto para a constituição de indivíduos – é a garantia de sua identidade.

É importante lembrar, entretanto, que a memória envolve uma experiência crucial do tempo, razão pela qual esse tema será focalizado a seguir.

Dimensões e vivências do tempo

a época moderna (...) é a primeira época que exalta a mudança e a transforma em seu fundamento. Diferença, separação, heterogeneidade, pluralidade, novidade, evolução, desenvolvimento, revolução, história – todos esses nomes condensam-se em um: futuro. Não o passado nem a eternidade, não o tempo que é, mas o tempo que ainda não é, que sempre está a ponto de ser. (Otávio Paz, 1984, p. 34)

O passado é como argila que nos molda e a que estamos presos, embora chamados imperiosamente pelo futuro. (Dulce Critelli, 2008)

A perspectiva temporal, tal como a concebemos, só se concretizou quando, além da percepção de um *ontem*, referente ao passado, e de um *hoje*, relativo ao presente, tornou-se possível pensar a emergência de um *amanhã* que pudesse, realmente, representar uma alternativa futura ao que existia. A forma com que

nos habituamos a perceber o mundo e a nele viver tornou-se vigente somente quando surgiu a possibilidade efetiva de apreensão dessa tripla dimensão temporal, não apenas individualmente, mas também em termos sociais¹⁹.

(...) o presente é efeito do passado, e o passado é o reino das causas na ordem temporal. De igual modo, daqui, do presente em que nos encontramos, somos capazes de projetar (...) aquilo que, por falta de nome melhor, chamamos de futuro. (Amaral, 2003, p.16).

Discutindo o estilo de pensamento conservador, o sociólogo alemão Mannheim, num ensaio publicado em inglês, em 1953, lembra que “os indivíduos não criam os tipos de pensamento segundo os quais concebem o mundo, mas que os tomam de seu grupo” e que os “‘estilos’ têm origem em certo tempo e em certo lugar”, isto é, são social e historicamente enraizados. Esse autor acentua que sempre o que está em jogo é “uma diferença no modo de experimentar o tempo” (Mannheim, 1963, p.125). Realça que o vínculo com o pensamento conservador supõe a adesão dos indivíduos a um modo de pensar e de atuar que tem sua própria história anterior atrás de si, enquanto a atitude progressista, que se alimenta de sua “consciência do possível”, constrói a figura do liberal revolucionário, que aspira a transformar a sociedade, no presente, para construir, seguindo uma visão utópica, um futuro em que todos sejam livres e iguais. Desse modo, “em resumo”, “o progressista experimenta o presente como o começo do futuro, enquanto o conservador o considera simplesmente como o último momento do passado” (Idem, Ibidem, p. 125). Diz o autor:

(...) assim, pois, o pensamento conservador concentra-se no passado, na medida em que o passado vive no presente; o pensamento burguês, essencialmente consagrado ao presente, nutre-se do que é novo agora; e o pensamento proletário tenta captar os elementos do futuro que já existem no presente, concentrando-se sobre os fatores presentes em que se podem ver os germes de uma sociedade futura ²⁰. (Mannheim, 1963, p. 127)

¹⁹ A aceleração do ritmo histórico faz com que a vida dos homens se transforme dentro de uma geração (às vezes, mais frequentemente), que as pessoas se deparem com situações sempre novas. Esse foi um dos motivos que as levou a se orientarem para o futuro (Heller, 1987, p. 390).

²⁰ Cf. Karl Mannheim (1963 [1953]), “El pensamiento conservador”, em *Ensayos sobre Sociología e Psicología Social*. Consultar também, sobre o mesmo tema, a comparação dos termos liberalismo (vínculo com o presente), radicalismo (busca de transformação para a construção do futuro) e conservadorismo (visão do presente a partir do e ancorada no passado), feita por Robert Nisbet (1969 [1966]) em *La formación del pensamiento sociológico*. As passagens foram livremente traduzidas para o português pela autora.

Vale a pena comparar essa caracterização com aquela proposta mais recentemente pelo sociólogo português Machado Pais, discutindo a consciência histórica e a percepção temporal de jovens e adultos portugueses (e europeus, em geral) (Cf. Pais, 1998, 2001, 2005). Para esse autor, as relações que as pessoas mantêm com as distintas dimensões temporais variam segundo a situação social dos envolvidos. Aqueles que estão em situação precária não fazem projetos para longo prazo, já que o futuro, em geral, lhes aparece “como uma região por definir, vaga e difusa”, e o que esperam dele é demasiado incerto para que tenha um valor motivador. Em “contextos de vida marcados pela insegurança e precariedade” sobre os quais a influência individual não tem controle, os “horizontes temporais curtos parecem constituir uma estratégia racional, uma vez que as perspectivas de futuro são obscuras ou reveladoras de ansiedade e preocupação”. O que está em jogo, no caso, é a falta de capacidade para transcender o futuro imediato [ou o presente?] Em contrapartida, para aqueles cujas trajetórias são de mobilidade social, as aspirações comandam os projetos de vida. Enfrentam as incertezas do futuro “com estratégias flexíveis de adaptação à mudança”, avaliando as certezas e as incertezas dos percursos; as probabilidades e as improbabilidades de sucesso. Desse modo, demonstram orientação para seqüências de tensão-satisfação muito mais prolongadas e consistentes, uma vez que seus “projetos são enquadrados por um futuro que, por sua vez, atua sobre esses projetos”. Em situação mais cômoda, aqueles cuja extração social é privilegiada se consideram parte de uma seqüência de gerações e sua orientação temporal enraíza-se no passado²¹ (Pais, 2001, pp.257-258).

Ainda que as referências de ambos os autores – Mannheim e Machado Pais – sejam distintas tanto no que se refere ao momento – ao tempo – em que emergem quanto à abrangência social que pretendem atingir (Machado Pais analisa condutas individuais de jovens cuja trajetória acompanhou, enquanto Mannheim se detém na caracterização de processos mais amplos), a comparação parece-nos interessante pela possibilidade que oferece de apreensão de mudanças significativas em curso no momento atual. Enquanto Mannheim detecta o progressismo da visão proletária e sua ênfase num futuro que procura fazer presente, Machado Pais acentua que os “herdeiros do operariado em agonia”

²¹ Essa visão fez lembrar aquela exposta por Weber ao refletir sobre estamentos, quando diz: “*O sentimento de dignidade dos estamentos positivamente privilegiados refere-se, como é natural, a seu ‘ser’ que se encerra em si mesmo, à sua ‘beleza e valor’.* Seu reino é ‘deste mundo’ e *vive para o presente e do grande passado.* Naturalmente, *o sentimento de dignidade das camadas negativamente privilegiadas pode referir-se apenas a um futuro situado além do presente, neste mundo ou no outro*” (Weber, 1999, vol. 2, p.182).

não têm perspectivas de futuro e, por isso, vivem no aqui e no agora. Do mesmo modo, enquanto Mannheim acentua o vínculo do pensamento conservador com o passado – atribuído à pequena burguesia por Marx – Machado Pais identifica em seus filhos, que podem visar uma mobilidade social ascendente a possibilidade de “projetar o futuro”, colocando, portanto, ênfase nele. Finalmente, enquanto a burguesia é pensada por Mannheim como categoria centrada no presente, seus filhos aparecem “como acomodados, com futuro assegurado”, na visão de Machado Pais, denunciando, em certa medida, uma postura conservadora. A comparação permite pensar que a forma como o tempo foi apreendido pelos autores, em cada um dos momentos, manifesta a diversidade de situações e as diferentes configurações da vida social em cada um dos períodos.

Outra perspectiva interessante a respeito é a de Melucci (1992). Segundo esse autor, o nosso é um tempo de muitas possibilidades, “às vezes além daquelas que se pode viver”. Em decorrência, “a liberdade de escolher e a embriaguez das possibilidades abertas revelam que *o tempo é escasso*, que se deve deixar para trás algumas coisas e isto se torna frequente motivo de frustração”. Segundo ele, a escassez de tempo produz a necessidade de escolhas, o que traz consigo a existência de renúncias e frustrações. (Melucci, 1992, p.23). São várias as respostas dadas a essa situação: uma delas diz respeito ao “cancelamento do futuro”. Na medida em que as possibilidades são muitas e as mudanças, rápidas, “deixamos que o passado inunde o presente e o invada, até cancelar o futuro”, atuando como ancoradouro, “porto que se torna prisão”. No outro oposto, ocorre uma “perda do passado”: são muitas as possibilidades, tudo muda rapidamente e, então, “é preciso perseguir tudo, consumir rápido e não perder nada”, não havendo, em decorrência, espaço interno que possibilite a reflexão e o trabalho sobre o passado, sua sedimentação enriquecedora. Ocorre ainda o “cancelamento do presente”, que se pode manifestar de duas formas: ou ele é preenchido de futuro ou é esvaziado – o temor da perda de alguma das possibilidades em perspectiva leva a que todas elas sejam “anuladas” (Melucci, 1992, p. 23).

A experiência do tempo, hoje, é múltipla e descontínua. É difícil reconhecer essa pluralidade e apreender sua existência multidimensional. Segundo Melucci, na medida em que a unidade do tempo não é mais assegurada pela memória do passado ou pelos projetos em relação ao futuro, o que ressalta é a “capacidade de estar presente momento por momento” (Melucci, 1992, p. 23). Em momentos anteriores, era outra a situação. Os relatos de como as coisas tinham ocorrido no passado propiciavam visualização mais clara de como deveriam ocorrer no presente e serviam de indicação para o futuro que estava sendo construído. Claramente, o passado construía o presente que, por sua vez, delineava o futuro. A experiência das gerações anteriores alicerçava o *constructo* das gerações atuais.

Estas, por sua vez, tinham condições de delinear um futuro para si e, em decorrência, para as gerações vindouras. Dessa forma, positiva ou negativamente, a memória do passado era a experiência que nutria a construção do presente, mesmo considerando que a lembrança do passado se fazia a partir das características, tensões e vivências do presente.

Ainda mais importante, a idéia de *progresso*, a crença no planejamento como controle racional dos processos sociais e na possibilidade de construção de um *projeto*, coletivo ou individual, só passaram a atuar na orientação das condutas humanas a partir do momento em que o futuro passou a ser prefigurado, almejado, buscado. Dessa forma, a sociedade moderna e seus valores básicos estão referidos à crença na possibilidade de um porvir visualizado no presente e a partir deste construído, de um futuro pressentido como abertura – um possível configurado pela ação humana (Heller, 1982, p.14).

Na medida em que, hoje, isso já não é mais possível, é necessário refletir sobre como se dá atualmente a vivência do tempo.

Diferentemente das sociedades tradicionais, centradas no passado, ou da orientação para o futuro, que caracterizava a modernidade em seus primórdios, atualmente, o presente é (seria) cada vez mais privilegiado, aparecendo como a dimensão temporal que se sobressai. Lipovetsky sugere “o advento de uma temporalidade social inédita, marcada pela primazia do aqui-agora”, segundo a qual “o eixo do presente é instituído como a temporalidade socialmente prevalecte”. (Lipovetsky, 2004a, pp.59-61). Entretanto, há quem perceba o próprio presente como instável, considerando pouco sólidas as bases sobre as quais se sustenta.

A experiência humana do tempo é uma experiência de processo; assim, *o presente [também pode ser pensado como] um ‘vir a ser’ constante: embora a ação presente possa ser plenamente consciente, sua avaliação real só pode ser efetivada quando ela já for um momento passado.* (Strauss, 1999, p. 49; grifo meu)

Ainda, há quem o afirme como única dimensão temporal efetiva, aquela em que as experiências são possíveis e em que se podem observar as coisas de fato acontecendo²². Dessa perspectiva, é possível a referência à experiência imediata de estar vivendo, do *hoje* de cada um.

Por outro ângulo, diante da indeterminação e da insegurança²³ que

²² Para a discussão de que a realidade *está sempre num presente*, cf. Mead, 1932.

²³ Como lembra Bourdieu (1998, p.121), “a insegurança objetiva funda uma insegurança subjetiva generalizada”.

acometem a vida individual e coletiva, nos mais diversos níveis, a perspectiva de futuro fica cada vez mais nebulosa.

A modernidade tinha confiança no futuro, havia a idéia do progresso incessante; agora temos a dúvida, não confiamos mais no progresso automático em direção ao melhor; [a atual é] uma sociedade que produz muita ansiedade e psicopatologias. (Lipovetsky, 2004)

Hoje, as pessoas veem alterada a percepção processual do tempo, o que lhes dificulta o estabelecimento de vínculos entre o que foi e o que é, e, conseqüentemente, impede a projeção do que virá a ser. Segundo Dubar, ninguém mais tem uma ideia clara do futuro, do “progresso” possível. (Cf. Dubar, 2000, p. 160). Assim, problemas antes remetidos ao ainda por vir penetram o presente e impõem soluções imediatas. *O amanhã se realiza agora: o presente ampliado o determina* (Nowotny, 1992).

Em consequência, o tempo decorrido passa a ser visto como realmente passado, não mais fazendo sentido para a vida atual, e o futuro possível, que depende dos processos mais gerais da sociedade inclusiva e da posição ocupada pelas pessoas²⁴, é vislumbrado a partir do momento em curso, radicando-se nele. Assim, “é incerto como solução e indefinido como opção – é um futuro limitado pela perspectiva do presente” (Foracchi, 1965, p.212). “O tempo da atualidade é o tempo da fluidez do presente perpétuo, ornamentado às vezes por chamadas tão breves quanto parcelares, por perspectivas de futuro tão limitadas quanto vãs” (Dubar, 2000, p. 149).

Considerações sobre o tempo atual

Uma das principais promessas que a emergência da modernidade propiciou foi a ideia do domínio de sua vida (e do tempo) pelos homens. Creio que podem ser percebidos vários sentidos para essa afirmação. Quando se toma o ser individual, é necessário reconhecer, esse prometido e esperado “domínio da vida” supõe [muitas] limitações. Há sempre alguns elementos “dados” que restringem a possibilidade de opção: as pessoas nascem em períodos, lugares, culturas, famílias, condições de vida e situações sociais que não escolhem e que regulam as alternativas disponíveis para sua expansão. Certamente, esses condicionamentos estarão presentes não apenas no início de suas vidas, mas durante todo o seu processo de

²⁴ Essa reflexão de Foracchi tinha como referência a situação dos jovens, um dos temas mais frequentes em seus trabalhos (cf. Foracchi, 1965).

desenvolvimento – para Castoriadis, de sua “humanização” –, principalmente no período de conformação daquilo que o identificará, pelas relações mais próximas, intensas e afetivamente presentes.

A ideia de um “projeto de vida” delinea-se no âmbito desses contornos. Talvez seja mais adequado pensar que a sociedade possa propor um projeto de transformação mais do que podem as pessoas, tomadas individualmente. De qualquer forma, para que qualquer projeto, social ou individual, se concretize, é definitivamente necessária a participação do outro pólo – individual ou social – dessa relação²⁵.

Ao lado dessa crença na possibilidade humana de orientar racionalmente sua trajetória, a vida na sociedade industrial moderna assentava-se sobre a presença marcante enquanto balizas da existência, de um lado, do trabalho assalariado e da ocupação e, de outro, da família, cada um deles possuindo um papel claramente definido. Ambas – *família e ocupação* – *garantiam experiências sociais fundamentais*, além de constituírem duas formas de segurança que permaneceram na modernidade e proveem “estabilidade interna” para as vidas das pessoas (Beck, 1992, p.140).

Conceitos e valores vinculados a cada uma dessas instituições delineavam o perfil de vida desejado para os participantes das relações sociais mais amplas e, ao mesmo tempo, definiam de forma clara aquilo que não correspondia às expectativas. Desse modo, o tipo de vida e as formas de conduta de uma geração tinham influência marcante sobre as gerações que a sucediam, fazendo com que as experiências vividas pelos ascendentes servissem de orientação para os seus descendentes.

Além dessa constatação, é também importante lembrar que, com o desenvolvimento tecnológico e o incremento potencializado da complexidade da vida social, se torna cada vez mais difícil o controle das consequências desencadeadas pelas condutas das pessoas. Mais do que isso, muitas vezes, não tendo condições – e, de fato, não se importando com isso – de perceber o conjunto gerado pelo entrecruzamento de atitudes particulares que buscam atingir um fim imediato, sua tendência é a de não se responsabilizarem pelas consequências de seus atos. Essa é uma das questões que emergem quando são evidenciadas as condições de individuação e identificação propiciadas pelo momento contemporâneo.

Levando em conta as características da conformação da identidade nos termos anteriormente indicados, fica difícil considerar *indivíduos* aqueles que não se responsabilizam por seus atos e pelas consequências que advêm deles.

²⁵ Em vários textos, Castoriadis enfatiza que o homem é a sociedade e que, na verdade, antinomia existente não ocorre entre esses dois termos, mas entre psique e sociedade.

[Sem dúvida,] há uma diferença enorme entre o agente que conhece os seus limites de intervenção eficaz no mundo e se preocupa com isso, quando nada para superá-los, em uma busca implacável de controle sobre o mundo e o agente a quem simplesmente não importa o que decorre das suas ações para além dos limites de seus objetivos imediatos.²⁶ (Cohn, 2003, pp. 43-44).

Hoje em dia, as experiências das gerações passadas, dos que nos antecederam, parecem não ter condições de ajudar nas empreitadas que levamos a efeito. “Ocupação e família perderam muitas de suas funções anteriores de proteção e segurança” (Beck, 1992, p.140). Com a rápida mudança que ocorre nas formas de fazer (e, de certa maneira, também nas formas de ser), aqueles elementos que balizaram a vida de nossos ancestrais já não propiciam que lancemos mão deles para a resolução dos problemas que atravessamos. Essa dinâmica ocorre em todas as dimensões da vida – interfere tanto na identificação dos padrões sexuais quanto nos processos vinculados ao trabalho, e na experiência e nos significados relativos à família. Em consequência, também o processo de conformação das identidades sofre considerável alteração.

Quanto aos padrões sexuais:

Nos últimos 40 anos, têm ocorrido mudanças significativas dos padrões sexuais, de tal modo que se torna quase impossível utilizar (mesmo como referência ou ponto de partida) os padrões de conduta vigentes nos anos 20 do século passado. Da conduta feminina eram esperados recato, submissão e expectativa; o padrão previsto para a conduta masculina supunha ousadia, determinação e autonomia financeira, além de capacidade de provisão e sustento de uma família, e possibilidade de custeio das despesas domésticas.

Parecia ter certa evidência o que cada um era e devia ser. O processo de aquisição dos traços e valores familiares e das habilidades conducentes à inserção no mercado de trabalho, bem como o estabelecimento de uma relação (que fosse) apropriada com a identificação feminina ou masculina, no geral, ocorria com certa tranquilidade, ainda que essa dinâmica fosse bastante turbulenta, para aqueles que não se identificavam com os padrões considerados “normais”²⁷.

Apesar da existência de condutas dissonantes que, na maior parte das vezes, permaneciam ocultas, o homem era (devia ser) másculo e forte, e a mulher era (devia ser) feminina e frágil.

²⁶ Ainda que o autor não se refira a situações individuais, creio que as reflexões que desenvolve são pertinentes também para esse âmbito.

²⁷ A utilização desse termo apóia-se na visão de Durkheim, que considera “normais os fatos que apresentam as formas mais gerais” e mórbidos ou patológicos os que se afastam dessa condição (1963, p.51).

Não se trata apenas de enfatizar a alteração brutal ocorrida na educação e na conduta femininas. É necessário também realçar as mudanças que se deram na esfera do trabalho. Mesmo considerando que o contingente feminino oriundo das camadas menos privilegiadas, desde muito antes, tinha sua grande maioria envolvida com o trabalho doméstico remunerado – ainda que muitas mulheres aspirassem por um parceiro capaz de sustentar uma família, que lhes possibilitasse tornarem-se “donas de casa” e poderem cuidar de sua prole –, até meados dos anos 1960, o percentual de mulheres trabalhadoras era relativamente pequeno, pelo menos entre as camadas médias e altas.

Quanto ao trabalho²⁸:

Os três pilares que, desde o advento e a expansão da indústria, sustentaram o alto grau de estandardização do sistema de emprego dominante na sociedade ocidental estão sendo flexibilizados. O contrato, o lugar de trabalho e o número de horas de trabalho já não aparecem tão bem definidos, de modo a tornar fluidos os limites entre trabalho e não trabalho. Dessa forma, tende a se esfumar a “segurança interna” que aquietava as pessoas e lhes dava tranquilidade quanto às suas possibilidades de auto-sustento, fazendo emergirem dúvidas a respeito de sua capacidade de inserção e sobrevivência no mundo e insegurança em relação ao futuro (Beck, 1992, p.142ss). Afinal, o tipo de inserção profissional e as expectativas a ela ligadas, os instrumentos relativos a cada ofício em particular, que faziam parte do universo projetado pelas gerações precedentes, têm pouco ou nada em comum com aquelas presentes nas novas gerações, quando pensam em sua inserção profissional. Hoje, o vínculo – com uma empresa ou instituição –, anteriormente pensado como duradouro e determinante de um conjunto de projetos a médio e longo prazo, além de definidor de uma carreira, quando existe, tem um novo perfil. Vínculos de longo prazo não estão entre as perspectivas possíveis atualmente (Cf. Sennett, 1999, 2006). Existe grande rotatividade dos trabalhadores entre diferentes empresas; além disso, o número de postos disponíveis é proporcionalmente menor do que o contingente que os disputa. Desse modo, não só as informações vinculadas à inserção profissional, mas também os seus significados, não são mais transmitidas entre as gerações e, quando o são, não contribuem efetivamente para enriquecer as possibilidades dos novos ingressantes (Beck, 1992, p.143).

Quanto à família²⁹:

É constatável a grande reviravolta em curso nos padrões referentes aos

²⁸ Esta parte da discussão está bastante calcada em *Risk Society*, de Ulrich Beck (1992, pp. 140-149).

²⁹ *Risk Society*, de Ulrich Beck (1992, pp.119-126).

contornos da vida familiar, “primeiro e principal ateliê de fabricação de indivíduos adequados”. Estando ela em crise, ocorre a “degradação e a desintegração dos papéis tradicionais” – homem, mulher, pais e filhos –, o que gera, em consequência, a “desorientação informe” das novas gerações (Castoriadis, 2002, p.17). Atualmente, é difícil reconhecer as características que costumavam ser-lhe atribuídas, no conjunto identificado como “família”. O impacto dessas alterações, já no início dos anos 1980, levou um autor como Castoriadis a comentar que “Não existe mais princípio discernível na base da organização, ou melhor, da desorganização familiar atual, nem estrutura integrada da personalidade do homem contemporâneo” (Castoriadis, 1982, p.118).

As mulheres ocuparam espaço no mundo do trabalho e têm lutado continuamente pela criação de uma identidade própria, o que contribui para uma mudança marcante em suas condições de vida. Já não aceitam a vida no lar e o cuidado da prole como sendo seu “destino imutável”. Mais do que isso, o número daquelas que já não consideram o casamento e a vida afetiva como necessidade predominante aumentou significativamente, da mesma forma que o contingente das que não veem na maternidade um traço identificador determinante. O fato de poderem contar com seu próprio salário para sobreviver torna-as menos dispostas a aceitarem as dificuldades envolvidas nas relações afetivas mais permanentes e mais capazes de propor uma vida solitária. Ainda (em consequência?), as questões privadas tornaram-se temas de discussão pública.

Ao mesmo tempo, a possibilidade da manifestação de outras identidades sexuais, além daquelas tradicionalmente consideradas “normais”, fez aumentar o número de arranjos possíveis e concorre para a emergência de novos e diferentes conjuntos familiares. Desse modo, ainda que em número crescentemente inferior aos padrões vigentes anteriormente, os filhos são as principais vítimas dessa situação de transição (Castells, 2002, p.270) e os únicos participantes das relações primárias que permanecem³⁰ (Beck, 1992, p.118).

Desse modo, nos últimos quarenta anos, as premissas relativas à família sofreram profunda mutação assim como já se haviam transformado de modo marcante, no período entre as duas guerras mundiais e naquele posterior à segunda delas. De fato, conforme Nilsen (1998, p.74), os padrões familiares que se tornaram os modelos adotados como “normais” vigoraram de forma explícita nos países ocidentais, apenas no período que vai de 1945 a 1973.

³⁰ “The child is the source of the last *remaining, irrevocable, unexchangeable primary relationship*. Partners come and go. The child stays. (...) The child becomes the *final alternative to loneliness*. (...) The number of births is declining, but the importance of the child is rising” (Beck, 1992: 118; grifos no original).

Atualmente, os laços que, até pouco tempo, caracterizavam a família 'bem constituída' parecem estar cada vez mais frágeis. Sua dissolução, em virtude do divórcio ou da separação dos casais indica a insatisfação e o rompimento com o modelo familiar baseado no comprometimento duradouro de seus membros. Ao lado disso, cresce a dificuldade quanto à compatibilização entre casamento, trabalho e vida, dando origem a uma maior frequência das crises matrimoniais, ao estabelecimento de relacionamentos sucessivos e ao adiamento da formalização dos casais, bem como ao surgimento de uma grande variedade de estruturas domésticas (Castells, 2002, p. 173-174).

Beck e Beck-Gernsheim apontam a existência de três modos de ver essa mudança: alguns afirmam o fim da família tradicional; outros atestam que "o futuro pertence à família", e outros, ainda, situados entre os dois pontos de vista, "preferem falar de tendências em direção ao pluralismo". Eles preferem afirmar que "mais do que ser uma colorida colcha de retalhos", atualmente, a família inclina-se "em direção à individualização, que também, crescentemente, caracteriza as relações entre [os seus] membros" (Beck, Bek-Gernsheim, 2002, p.85).

De modo crescente, deparamo-nos com famílias formadas a partir de outras, desfeitas, em que cada um dos parceiros do casal inicial constrói novos vínculos e tem filhos com os novos cônjuges, ocasionando o convívio de crianças nascidas de pais ou mães diferentes, com progenitores que não são biologicamente os seus. Ao mesmo tempo, expande-se o número daquelas sustentadas e dirigidas por apenas um dos pais³¹ e deixam de ser raras as famílias constituídas por parceiros homossexuais. Assim, pode-se concordar com Castells no relativo à percepção de não estar emergindo nenhum tipo de família que predomine: "a regra é a diversidade"³² (Castells, 2002, p. 263).

Outro ponto de vista é aquele que identifica a existência de "famílias eletivas". Uma característica central, nesse caso, "é que não é claro quem, de fato, pertence [a ela]; cada um vive sua própria versão da família 'mosaico'" (Beck; Beck-Gernsheim, 2002, p.96). Ocorre, por exemplo, que, depois do divórcio de um casal, todos podem ter "uma diferente concepção sobre quem faz parte da família imediata" (Cherlin, 1992 *apud* Beck; Beck-Gernsheim, 2002, p. 96). "Para

³¹ Predominantemente a mãe que, no Brasil, segundo dados do IBGE, em 2009 já era responsável por 36% dos lares.

³² Esse autor afirma que se existe uma crise da família, ela está muito mais presente entre os homens, para a maioria dos quais a renegociação do contrato da família heterossexual seria a melhor solução. Essa renegociação, a seu ver, deveria implicar *compartilhamento do trabalho doméstico, parceria econômica e sexual e, acima de tudo, responsabilidade pelos filhos totalmente compartilhada*. (Castells, 2002[1997], pp. 269-270).

as crianças, o resultado líquido do divórcio é mais um alargamento do que um estreitamento dos limites de seu parentesco. Não mais dados por supostos, eles tornam-se mais tênues e mais frágeis, além de mais dependentes da cooperação pessoal e também das circunstâncias externas”.

Os mesmos autores dizem que, “mais do que um relacionamento eletivo, a família se está convertendo em uma associação de pessoas individuais, cada uma trazendo seus próprios interesses, experiências e planos e cada uma sujeita a diferentes controles, riscos e constrangimentos” (Beck; Beck-Gernsheim, 2002, p.97). Resulta disso tudo que a figura básica da modernidade plenamente desenvolvida é a pessoa solitária, já que ela dissolve os pré-requisitos de um companheirismo duradouro³³.

Creio ter deixado patente por que os “modos de ser” presentes nas gerações anteriores já não informam nem têm condições de orientar ou encaminhar os rumos das atuais. As mudanças são tantas, de tal ordem e tão profundas – e os padrões significativos tão distintos –, que ocorre uma ruptura considerável entre grupos etários distintos.

Heller lembra que, no mundo ocidental, a partir do período renascentista, houve grande dinamização do processo social, manifestando-se tendência crescente à aceleração do ritmo histórico. A percepção das diferenças entre momentos distintos e o reconhecimento da alteração de ritmo na passagem do tempo foram possibilitados por mudanças significativas processadas no curso de uma mesma geração. Ou seja, tornou-se necessário que as pessoas se adaptassem a novos padrões de conduta e aprendessem novas formas de fazer e ser durante o seu ciclo vital. Isso as obrigava a darem-se conta da vigência de um novo padrão temporal (Heller, 1982).

durante o Renascimento [...], os “momentos” históricos tornaram-se mais curtos do que a duração da vida humana [...] O caráter, as maneiras de pensar ainda mal se formaram e já são obrigados a adaptar-se às novas exigências e a ter em conta novas características humanas (Heller, 1982, p.148).

³³ “the basic figure of *fully developed* modernity is the *single person*.[...] The negation of social ties than takes effect in the logic of the market begins in its most advanced stage to dissolve the prerequisite for lasting companionship. It is thus a case of *paradoxical* sociation, in which the high degree of sociality that breaks through is no longer manifested (...) the end of this road is in all probability not harmony with equal rights, but *isolation* in courses and situations that run counter and apart from each other” (Beck, 1992[1986], pp.122-123; grifos no original).

Essa informação tem como objetivo apenas instigar a imaginação para os padrões vivenciados hoje. Certamente, na segunda metade do século passado, a aceleração do ritmo das alterações intensificou-se de tal modo que passaram a ocorrer várias rupturas intensas no curso de uma mesma vida, obrigando a pessoa a atualizar-se e readaptar-se continuamente. A necessidade de '*aggiornamento*' que, contemporaneamente, se dá em lapsos de tempo cada vez mais curtos provoca como resultado não apenas que os significados, valores e habilidades cultuados por uma geração não façam sentido para aquela que a sucede, mas que, para esta, muitas vezes, os padrões de conduta e as habilidades que desenvolveu num período lhe pareçam, no momento seguinte, totalmente inadequados (ou quase) sem sentido.

Desse modo, os padrões habituais de autorreconhecimento sofrem desajustes consideráveis. Além da perda do sentimento de continuidade, que é destruído³⁴, a memória do passado – não só da experiência de pais, avós ou antecedentes, mas aquela referente à própria vida – não é mais capaz de iluminar a conduta³⁵.

É necessário um ajustamento ininterrupto; a adaptabilidade de cada um é exigida ao extremo. Não há como repousar sobre aquilo que foi conquistado – conhecimento, experiência, afeto, trabalho etc. Tudo está em constante mutação e qualquer parada significa retrocesso.

O imperativo de mudança constante, de alteração permanente, a percepção de que tudo é extremamente volátil acabam provocando sentimentos de fragmentação interna e uma dificuldade imensa de estabelecer padrões de vida que tenham certa continuidade e contribuam para a sensação de segurança necessária para enfrentar o amanhã. As ameaças da vida parecem cada vez mais incontornáveis.

As mudanças são muito profundas em todos os domínios, fazendo com

³⁴ "o sentimento de continuidade é destroçado, o pai sabe que o filho não continuará sua obra e que o neto nem mesmo terá notícia dela. Destruirão amanhã o que construímos hoje". (Chauí, 1994, p.25; Bosi, 1994, p.77).

³⁵ Marcuse (1998[1965]) admite que a família já não seja o agente primário da socialização, substituída pela atuação direta, sem mediações, da sociedade inclusiva: "a criança aprende que não é o pai, e sim os companheiros de brincadeiras, os vizinhos, o chefe do bando, o esporte, o cinema, que são as autoridades no que se refere ao comportamento intelectual e corporal adequado". Riesman *et alii* (1964), em *A multidão solitária (The Lonely Crowd)*, haviam detectado mudanças profundas nos agentes socializadores, principalmente a família e a escola, responsáveis por alterações significativas no caráter social do americano médio. De fato, pode-se considerar que essas mudanças já se verificavam em momento anterior, podendo ser observadas no período intermediário entre as duas guerras mundiais.

que a aquisição das características anteriormente vinculadas à identidade bem constituída, concretizada no indivíduo adulto – capacidade de previsão, estabilidade e controle –, pareça cada vez mais difícil. De fato, não há oportunidades para situações fixas: os empregos tornaram-se, geralmente, difíceis e precários ou transitórios; com frequência, as relações tendem a ser instáveis e os amores, voláteis.³⁶ As circunstâncias atuais impedem, de certa forma, a possibilidade de criar raízes, o que, entre outras consequências, desagrega a memória.³⁷

Mais do que isso, o estabelecimento de um dos traços demarcadores da identidade bem constituída – a capacidade de fazer promessas, de assumir a responsabilidade por seus atos – torna-se, progressivamente, dificultado. Num mundo em que a especialização adquire grande importância e as observações sobre o entorno partem de pontos de vista cada vez mais delimitados, tornam-se raras as possibilidades de avaliar – e, em consequência, de assumir – os resultados das ações desencadeadas por alguém. Assim, a eliminação da responsabilidade pessoal é, de certo modo, generalizada.³⁸

Em texto anterior, mencionei a aparente desconexão existente hoje entre a vivência do presente e a possibilidade do futuro, que parece sempre estar distante ou impossibilitado. É como se, em razão da dificuldade de ter expectativas em relação ao futuro – em virtude das precárias condições do presente ou das ameaças das tragédias que se avizinham e causam temores ou, ainda, simplesmente por força do medo de enfrentar o novo, o inesperado, o inusitado que o futuro sempre representa – as pessoas levassem em conta apenas o presente, que deveria ser intensamente vivido, atordoadamente vivido.

Que vínculo é possível estabelecer entre passado e presente, se o nexo entre presente e futuro parece haver se perdido? O passado só faz sentido para o momento atual se nele for possível encontrar pistas, indicações, elementos que, em alguma medida, permitam a explicação do presente, ou ofereçam justificativas para os modos de ser que o constituem. Dessa forma, a experiência do vivido antes é significativa para o agora.

Essa ligação entre o passado e o presente supõe outros vínculos e valores

³⁶ Entretanto, sob outra perspectiva, a busca pela liberdade e o desejo de mobilidade também fazem com que as aspirações por situações fixas se tornem cada vez menos prementes. Como *A noção de fazer escolhas encontra-se associada à liberdade, a poder ter mobilidade*, instala-se a tensão entre arbitrariedade e segurança, de um lado, e a possibilidade de fazer escolhas, de outro. (Nilsen, 1998, pp. 68-69).

³⁷ O desenraizamento é condição desagregadora da memória. (Bosi, 2003, p. 28)

³⁸ Discussão a respeito é desenvolvida por Z. Bauman, referindo-se à desresponsabilização sobre as consequências últimas de seus atos, atualmente disseminada entre os especialistas. (Cf. Bauman, 1999, pp. 57-58).

compartilhados. Ainda que se trate de uma vivência (suposta e ilusoriamente) solitária, aquilo que já passou só pode fazer sentido hoje se, acoplada a ele, existe uma noção de conjunto (por difusa ou superficial que possa ser). Nesse caso, como já foi dito, a experiência do passado pode(ria) iluminar o presente.

Entretanto, isso nem sempre tem ocorrido. O tipo de indivíduo que existe atualmente caracteriza-se pela avidez, pela frustração e pelo conformismo generalizado – aquele que não tem memória nem projeto (Castoriadis, 1999, p. 83). O passado está muito distante e parece não ter nada a nos dizer, seja porque a experiência que as gerações anteriores viveram já não é útil (nos vários sentidos que essa palavra pode ter) para iluminar as possibilidades que o presente parece oferecer, seja porque o isolamento em que estamos, uns em relação aos outros, nos impede de avaliar em que medida somos herdeiros e receptores (para o bem e para o mal) das decisões tomadas, dos valores e significadas defendidos, dos caminhos percorridos pelos que nos antecederam. Atualmente, as pessoas idosas são desconsideradas, como se nada mais tivessem a dizer, mesmo para seus familiares. Do mesmo modo, as datas, os vínculos, os acontecimentos que antecederam a história dos que agora vivem a juventude ou a maturidade parecem ser completamente irrelevantes.

Se a experiência do passado não mais informa sobre as possibilidades do presente, que lugar é hoje reservado à memória? Emerge a sensação de que ela já não tenha sentido, uma vez que a experiência das gerações que formaram o mundo tal como ele se configura atualmente parece já não ser adequada para compreendê-lo.

Além disso, a memória aparenta estar diretamente vinculada à importância (maior ou menor) que é atribuída àquilo que é lembrado. Afinal, o seu exercício é sempre seletivo. São lembrados os momentos mais significativos da vida, os acontecimentos que se destacaram, ainda que as tragédias e os momentos dolorosos, também marcantes, possam ser esquecidos (ou reprimidos).

Nessa medida, se o passado é visto como sem importância ou sem utilidade para a identificação e a significação do presente, se perdeu as possibilidades de determiná-lo, não há por que ser lembrado. Entretanto, é a marca desse passado, individual e coletivo, que faz de uma pessoa aquilo que ela é, ainda que seja modificado de acordo com as questões suscitadas pelo presente. São as experiências vividas, os valores compartilhados, as significações introjetadas, as habilidades aprendidas, as relações estabelecidas que, aos poucos, vão configurando alguém da forma que é, distinto(a) de outros(as), constituindo uma identidade reconhecível.

Assim, se,

Atualmente, o indivíduo sente apatia em relação ao passado, renuncia ao futuro e está determinado a viver um dia de cada vez, já que (...) te[m] pouco ou nenhum controle sobre as influências presentes em sua vida. (Giddens, 2002, p. 161)

E se

Os horizontes temporais da percepção estreitam-se cada vez mais, até finalmente, no caso limite, a história reduzir-se ao (eterno) presente e tudo girar em torno do eixo do ego e da vida pessoal. (Beck, 1992, p. 135)³⁹

Ainda, se, na ânsia por atualização, de modo crescente, os indivíduos se percebem sozinhos, desconectados daqueles que os cercam e com eles compartilham o destino de uma época e, em virtude disso, não adquirem o senso de responsabilidade e a capacidade de promessa que distingue o ser maduro do que é inconsequente, nesse caso, certamente, a memória deixa de ser a fiadora da identidade e torna-se apenas nostalgia supérflua e sem sentido.

Todas estas são questões que merecem reflexão, propiciando que a vivência responsável deste tempo aponte caminhos promissores para o que virá.

Referências

- ADAM, Barbara. **Time & Social Theory**. Cambridge: Polity Press, 1994.
- ADORNO, Theodor; Horkheimer, Max. **La Sociedad**. Lecciones de Sociología. Buenos Aires: Editorial Proteo, 1969.
- AMARAL, Marcio Tavares d'. Sobre Tempo: Considerações Intempestivas. In: DOCTORS, Marcio (org.). **Tempo dos Tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003
- ARENDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 5ª ed. Revista, 1991[1958].
- BAUMAN, Zigmunt. **Modernidade e Ambivalência**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1999[1991]

³⁹ (...) *the temporal horizons of perception narrow more and more, until finally in the limiting case history shrinks to the (eternal) present, and everything revolves around the axis of one's personal ego and personal life.* (Beck, 1992[1986]: 135; grifos no original).

- _____. **O Mal-estar da Pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998[1997].
- BECK, Ulrich; BECK-GERNSHEIM, Elisabeth. **Individualization. Institutionalized Individualism and Its Political and Social Consequences**. London: Sage Publications, 2002.
- _____. **Risk Society: Towards a New Modernity**. London: Sage Publications, 1992[1986].
- BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **La Construcción Social de La Realidad**. Buenos Aires: Amorrortu, 1968.
- BIANCHI, Hugo. Repetición o Historia? In: Homstein, Luis et alii – **Cuerpo, Historia, Interpretación**, Buenos Aires: Paidós, 1991, pp. 266-290.
- BIRMAN, Joel. A imaginação, a fantasia e o Sublime em Psicanálise: Uma Leitura de Eros e Civilização, de H. Marcuse. **Physis: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 8(1), 1998, pp. 75-99.
- BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória**. Ensaios de Psicologia Social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- _____. **Memória e Sociedade**. Lembrança de Velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. A precariedade está hoje por toda a parte. In: _____. **Contrafogos: Táticas para Enfrentar a Invasão Neoliberal**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1998, pp. 119-127.
- CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002[1997].
- CASTIEL, Luis David. A Palavra – Subjetividade e as Coisas - Subjetividade. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (orgs.). **O Clássico e o Novo: Tendências, Objetos e Abordagens em Ciências Sociais e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, pp. 95-100.
- CASTORIADIS, Cornelius. **A Instituição Imaginária da Sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982[1975].
- _____. **A Ascensão da Insignificância**. As Encruzilhadas do Labirinto IV. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.
- _____. **Feito e a Ser feito**. As encruzilhadas do labirinto V. Rio de Janeiro: DP & A Editora, 1999.
- CHAUÍ, Marilena. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade**. Lembrança de Velhos. 3ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, pp. 17-37.
- COHN, Gabriel. Renovando os Problemas nas Ciências Sociais. In: GOLDENBERG, Paulete; MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni; GOMES, Mara Helena de Andréa (orgs.) **O Clássico e o Novo: Tendências, Objetos e Abordagens em Ciências Sociais e Saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003, pp.35-46.
- CRITELLI, Dulce. Entre o que “não é mais” e o que “não é ainda”. **Folha de S. Paulo**, Caderno Equilíbrio, 19-05-2005, p. 2.
- DOCTORS, Marcio (org.). **Tempo dos Tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.
- DUBAR, Claude. **La Crise des Identités: L’interprétation d’une Mutation**. Paris: Presses Universitaires de France, 2000.
- _____. **A Socialização**. Construção das Identidades Sociais e Profissionais. São Paulo: Martins Fontes, 2005 [1991].

- DUBET, François. *A Formação dos Indivíduos: A Desinstitucionalização. Contemporaneidade e Sociedade*. Vol. 3, nº 3, 1998.
- DURKHEIM, Émile. *As Regras do Método Sociológico*. 3ª ed. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1963[1895].
- ELIAS, Norbert. *Norbert Elias por Ele Mesmo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001[1990].
- _____. *A Sociedade dos Indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994[1987].
- _____. *Compromiso y Distanciamento*. Barcelona: Península, 1990[1983].
- _____. *Sociologia Fundamental*. Barcelona: Gedisa, 1982[1970].
- _____. *Qu'est-ce Que La Sociologie?* Paris: Pandora, 1981[1970].
- FERREIRA, Rodrigo Mendes. *Indivuação e Socialização em J. Habermas*. São Paulo: Anablume; Belo Horizonte: Unicentro Newton Paiva, 2000.
- Foracchi, Marialice M. *O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- GALLAND, Olivier. Changing Family Transitions: Young People and New Ways of Life in France. In: CHISHOLM, Lynn et al. (eds.). *Growing Up in Europe: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*. New York: Gruyter, 1995, pp. 133-143.
- _____. Un Nouvel Âge de La Vie? *Revue Française de Sociologie*, XXXI, Paris, 1990, pp. 529-551.
- GAULLIER, Xavier. *Âges Mobiles et Générations Incertaines*. Paris: CNRS, 1998, 36 p. (mimeo).
- GERTH, Hans; MILLS, C. Wright. *Carácter y Estructura Social*. Buenos Aires: Paidós, 1963.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002[1999].
- _____. Living in a Post-Traditional Society. In: _____. *Reflexive Modernization: Politics, Tradition and Aesthetics in the Modern Social Order*. Cambridge: Polity Press, 1994.
- _____. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991[1990].
- HABERMAS, Jürgen. *Técnica e Ciência como "Ideologia"*. Lisboa: Edições 70, 1994[1968].
- _____. *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo: Brasiliense, 1983[1976].
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.
- HARVEY, David. *A condição Pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992[1989].
- HELLER, Agnes. *O homem do Renascimento*. Lisboa: Editorial Presença, 1982.
- _____. *Sociologia de la Vida Cotidiana*. Barcelona: Ediciones Península, 1987[1970].
- HORKHEIMER, Max. *Crítica de la Razón Instrumental*. Buenos Aires: Sur, 1973[1967].
- IZQUIERDO, Iván. *Revista Pesquisa Fapesp*, nº 99. São Paulo: Fapesp, 2004.
- LAHIRE, Bernard. *Sucesso Escolar nos Meios Populares: As Razões do Improvável*. São Paulo: Ática, 1997[1995].
- LAINING, Ronald D. *O Eu dividido*. Estudo Existencial da Sanidade e da Loucura. Petrópolis: Vozes, 1982[1960].

- LIPOVETSKY, Gilles. O caos organizador. Entrevista Concedida a Marcos Flaminio Peres. Em: Caderno Mais, **Folha de São Paulo**, 14 mar 2004, pp. 4-7.
- _____. **Os tempos Hipermodernos**, São Paulo: Editora Barcarolla, 2004a.
- LUHMANN, Niklas. The Future Cannot Begin: Temporal Structures in Modern Society. **Social Research**, 43, 1976, pp. 131-152.
- MANNHEIM, Karl. **Ensayos sobre Sociología y Psicología Social**. México: Fondo de Cultura Económica, 1963 [1953].
- _____. **Homem e Sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 1962.
- MARCUSE, Herbert A. Obsolescência da Psicanálise. In: _____. **Cultura e Sociedade** (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1998[1965], pp.91-111.
- MEAD, George H. **The Philosophy of The Present**. LaSalle, Illinois: Open Court, 1932.
- MELUCCI, Alberto. **O Jogo do Eu**. A Mudança de Si em Uma Sociedade Global. São Leopoldo: Unisinos, 2004[1991].
- NILSEN, Ann. Jovens para Sempre? Uma Perspectiva da Individualização Centrada nos Trajetos de Vida. **Sociologia – Problemas e Práticas**, nº 27, 1998, pp. 59-78.
- NISBET, Robert. **La Formación del Pensamiento Sociológico**, Buenos Aires: Amorrortu, 2 vols., 1969 [1966]
- NOWOTNY, Helga. **Les Temps à Soi**: Genèse et structuration d'un sentiment du temps. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'Homme, 1992
- PAHL, Ray. **Depois do Sucesso**. São Paulo: Editora da UNESP, 1997.
- PAIS, José Machado. The Multiple Faces of The Future in The Labyrinth of Life. **Journal of Youth Studies**, vol. 6, nº2. 2003, pp. 115-126.
- _____. **Ganchos, Tachos e Biscates**: Jovens, Trabalho e Futuro. Porto: Ambar, 2001.
- _____. **Consciência Histórica e Identidade Nacional**. Os Jovens Portugueses num Contexto Europeu. Lisboa, 1998.
- _____. Growing Up on the EU Periphery: Portugal In: CHISHOLM, Lynn et al. (eds.) **Growing Up in Europe**: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies. New York: Gruyter, 1995.
- PERCHERON, Annik. **L'univers Politique des Enfants**. Paris: FNSP, Colin, 1974.
- RICOEUR, Paul. Indivíduo e Identidade Pessoal. In: VEYNE, Paul et alii. **Indivíduo e Poder**. Lisboa: Edições 70, 1988[1987], pp. 65-85.
- RIESMAN, David et alii (). **La Muchedumbre Solitaria**. Buenos Aires: Paidós, 1964[1950].
- SENNETT, Richard. **A Cultura do Novo Capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 2006.
- _____. **A Corrosão do Caráter**: As Consequências Pessoais do Trabalho no Novo Capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999[1998].
- SINGLY, François. Penser Autrement la Jeunesse. **Lien Social et Politiques – RIAC**, 43. Montreal, Canada, 2000, pp.33-40.
- STRAUSS, Anselm L. **Espelhos e Máscaras**. A busca de identidade. São Paulo: EDUSP, 1999.
- WEBER, Max. (1999) A Distribuição do Poder Dentro da Comunidade: Classes, Estamentos, Partidos. **Economia e Sociedade**. 2º vol. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1999, pp. 175-186.

Resumo

As alterações que a vida social contemporânea tem tornado mais evidentes nos últimos 40 anos, manifestam-se em vários níveis, tanto no mais global, quanto no mais particular, envolvendo as áreas familiar, profissional, religiosa e política, alterando os processos de conformação dos indivíduos e das suas relações, o modo como são “produzidos”. Nesse processo, modificam-se também as maneiras de perceber e vivenciar as dimensões e os ritmos temporais, os significados atribuídos ao passado, presente e futuro, que interferem nas formas de viver, fazer e dar significado ao mundo e à vida. A auto-percepção individual, as concepções elaboradas a respeito das aberturas e fechamentos que essa dinâmica envolve, as concepções sobre o(s) outro(s) que a compartilham e as relações mantidas com eles podem ser uma via de acesso eficiente para o conhecimento do (novo) contexto de sociabilidade em ação.

Palavras-chave: tempo, identidade, memória, indivíduo, passado-presente-futuro.

Abstract

The changes being made more evident by social life in the last 40 years appear at various levels, from global ones to local ones, and encompass familial, professional, religious, and political areas, thus changing, too, the processes whereby individuals conform themselves and their relationships and the means by which they are “produced”. In this process, the means of perceiving and experiencing temporal dimensions and rhythms is also changed, as well as the meanings ascribed to past, present, and future, thereby interfering in the ways of living, making and giving meaning to the world and life. Individual self-perception, conceptions made up as regards the opening and closures entailed in this dynamic, the conceptions on (the) other(s) sharing it and the relationships held with them can be an efficient path to knowing the (new) context of sociability in action.

Keywords: time, identity, memory, individual, past-present-future.